



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2012

PT – Partido dos Trabalhadores (11)

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Maria Tereza Lara, Paulo Lamac e Ulysses Gomes

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (8)

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

Vice-Líderes:

PSD – Partido Social Democrático (8)

Líder: Deputado Neider Moreira

Vice-Líderes:

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (5)

Líder: Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Pompílio Canavez (PT)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Deiró Marra (PR), Leonardo Moreira (PSDB) e Luiz Henrique (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa	BTR	Presidente
Deputado Délio Malheiros	PV	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Neider Moreira	PSD	
Deputado Rogério Correia	PT	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	
Deputado Fred Costa	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Valadares	PSD	
Deputado Hely Tarquínio	PV	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputado Paulo Lamac	PT	
Deputado Bruno Siqueira	PMDB	
Deputado Sebastião Costa	BTR	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca	PT	Presidente
Deputado Pompílio Canavez	PT	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	PSB	



Deputado João Leite BTR
Deputado Sebastião Costa BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado PT
Deputado Paulo Lamac PT
Deputado
Deputado Anselmo José Domingos BTR
Deputado Neider Moreira PSD

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa BTR Presidente
Deputado Bruno Siqueira PMDB Vice-Presidente
Deputado PSD
Deputado Delvito Alves BTR
Deputado Luiz Henrique BTR
Deputada Rosângela Reis PV
Deputado André Quintão PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Gilberto Abramo PRB
Deputado Bosco BTR
Deputado Arlen Santiago BTR
Deputado Rômulo Viegas BTR
Deputado Délio Malheiros PV
Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

COMISSÃO DE CULTURA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado PT Presidente
Deputada Luzia Ferreira BTR Vice-Presidente
Deputado Rômulo Veneroso PV
Deputado Carlos Mosconi BTR
Deputado Tenente Lúcio PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes PT
Deputado Neilando Pimenta BTR
Deputado Doutor Wilson Batista PSD
Deputado Luiz Henrique BTR
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h45min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista PSD Presidente
Deputado Sargento Rodrigues PDT Vice-Presidente
Deputada Ana Maria Resende BTR
Deputado Marques Abreu BTR
Deputado Elismar Prado PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PV
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT
Deputado Neilando Pimenta BTR



Deputado Carlos Mosconi BTR
Deputada Maria Tereza Lara PT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:
Deputado Délio Malheiros PV Presidente
Deputada Liza Prado PSB Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro PMN
Deputado Carlos Henrique PRB
Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTEs:
Deputado Romel Anísio PP
Deputada Rosângela Reis PV
Deputado Antônio Lerin PSB
Deputado Sávio Souza Cruz PMDB
Deputado Vanderlei Miranda PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:
Deputado Durval Ângelo PT Presidente
Deputado Paulo Lamac PT Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT
Deputado Antônio Genaro PSC
Deputado Delvito Alves BTR

MEMBROS SUPLENTEs:
Deputada Maria Tereza Lara PT
Deputado Pompílio Canavez PT
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Duarte Bechir PSD
Deputado Célio Moreira BTR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:
Deputado Bosco BTR Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta BTR
Deputado Paulo Lamac PT
Deputado Carlin Moura PCdoB

MEMBROS SUPLENTEs:
Deputada Ana Maria Resende BTR
Deputado Deiró Marra BTR
Deputado João Vitor Xavier BTR
Deputada Maria Tereza Lara PT
Deputado Celinho do Sinttrocel PCdoB

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:
Deputado Marques Abreu BTR Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite PMDB Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino PSD
Deputado Adelmo Carneiro Leão PT



Deputado Gustavo Perrella PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Bruno Siqueira PMDB
Deputado Gustavo Valadares PSD
Deputado André Quintão PT
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BTR Presidente
Deputado Doutor Viana BTR Vice-Presidente
Deputado Romel Anísio PP
Deputado João Vítor Xavier BTR
Deputado Antônio Júlio PMDB
Deputado Ulysses Gomes BMC
Deputado Gustavo Perrella PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Tiago Ulisses PV
Deputado PSD
Deputado Rogério Correia PT
Deputado Ivair Nogueira BMC
Deputado Sargento Rodrigues PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira BTR Presidente
Deputado Duarte Bechir PSD Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Hely Tarquínio PV
Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB Presidente
Deputado Tiago Ulisses PV Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier BTR
Deputado Antônio Carlos Arantes PSC
Deputado Carlos Henrique PRB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes PMDB
Deputado Rômulo Veneroso PV
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR
Deputado Fábio Cherem PSD



Deputado Antônio Júlio

PMDB

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR**Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	PT	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Antônio Lerin	PSB	
Deputado Carlin Moura	PCdoB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	PV	
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	PSC	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PSD	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Romel Anísio	PP	
Deputado Doutor Viana	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Antônio Lerin	PSB	
Deputado Rogério Correia	PT	

COMISSÃO DE REDAÇÃO**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir	PSD	Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	Vice-Presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	PRB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes	PSC	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Bosco	BTR	
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	

COMISSÃO DE SAÚDE**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	PV	Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD	
Deputado Neider Moreira	PSD	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	



MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Tiago Ulisses	PV
Deputado Duílio de Castro	PMN
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Almir Paraca	PT

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Zé Maia	BTR	
Deputado	PSD	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira	BTR
Deputado Durval Ângelo	PT
Deputado Célio Moreira	BTR
Deputado Gustavo Valadares	PSD
Deputado Tenente Lúcio	PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis	PV	Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	Vice-Presidente
Deputado Juninho Araujo	BTR	
Deputado Pompílio Canavez	PT	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir	PSD
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Antônio Genaro	PSC
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSD	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	PRB
Deputado Carlin Moura	PCdoB
Deputado Fábio Cherem	PSD
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Deiró Marra	BTR

**COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO****Reuniões Ordinárias - terças -feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	
Deputado Ulysses Gomes	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	PSD	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	
Deputado Pompílio Canavez	PT	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Viana	BTR	Presidente
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Paulo Lamac	PT	
Deputado Hely Tarquínio	PV	
Deputado Romel Anízio	PP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	PSD	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	
Deputado Rogério Correia	PT	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSC	
Deputado Rômulo Veneroso	PV	

Ouvidor Parlamentar: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO**1 - ATAS**

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATAS****ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/2/2012**

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, André Quintão e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Liza Prado. Havendo número



regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.785, 2.788, 2.789, 2.794, 2.796, 2.798, 2.800 e 2.804/2012 e, em virtude de redistribuição, Projetos de Lei nºs 1.276, 1.351, 1.871, 2.118, 2.592 e 2.634/2011 (Deputado André Quintão); Projetos de Lei nºs 2.783, 2.790, 2.792, 2.793, 2.805 e 2.811/2012 e, em virtude de redistribuição, Projetos de Lei nºs 1.528 e 1.746/2011 (Deputado Bruno Siqueira); Projetos de Lei nºs 2.784, 2.797, 2.803, 2.806, 2.809 e 2.810/2012 e, em virtude de redistribuição, Projeto de Lei nº 2.776/2011 (Deputado Luiz Henrique); Projetos de Lei nºs 2.786, 2.787 e 2.801/2012 e, em virtude de redistribuição, Projetos de Lei nºs 774, 1.915, 2.184, 2.378 e 2.615/2011 (Deputado Delvito Alves); Projetos de Lei nºs 2.782, 2.791, 2.795 e 2.799/2012 e, em virtude de redistribuição, Projeto de Lei nº 2.435/2011 (Deputada Rosângela Reis); Projeto de Lei nº 2.781/2012, Projeto de Lei Complementar nº 23/2012 e, em virtude de redistribuição, Projetos de Lei nºs 92 e 884/2011 (Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.189, 1.240/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); e 2.636/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.967/2011 na forma do Substitutivo nº 1, 2.731/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira); 2.169, 2.730/2011 (relator: Deputado André Quintão, o segundo em virtude de redistribuição); e 2.729/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa). São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Saúde – SES – o Projeto de Lei nº 2.077/2011 e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplog – e à SES o Projeto de Lei nº 2.318/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique, o primeiro em virtude de redistribuição). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.745/2011, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelo relator, Deputado Sebastião Costa. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 655, 1.811, 2.780/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira, o primeiro em virtude de redistribuição); 2.583 e 2.771/2011 (relator: Deputado André Quintão, o primeiro em virtude de redistribuição). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.722/2011, em turno único, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelo relator, Deputado André Quintão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de lei nºs 2.768 e 2.773/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2012.

Sebastião Costa, Presidente – Bruno Siqueira – André Quintão – Luiz Henrique – Rosângela Reis – Delvito Alves.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/2/2012

Às 9h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Sargento Rodrigues e Rogério Correia (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Liza Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a demissão de professores, a redução do número de alunos no período noturno e a insatisfação dos alunos com os atos administrativos da direção do Colégio Estadual Ordem e Progresso, bem como a denúncia de que a Sra. Mariza de Oliveira Costa, Diretora da Escola, estaria perseguindo e assediando moralmente os professores que apoiaram manifestação dos alunos pela manutenção do turno da noite. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Jorge Wagner Ribeiro Barbosa, Delegado de Polícia Civil, representando o Sr. Jairo Lellis Filho, Chefe da Polícia Civil; e Denilson Martins, Presidente do Sindpol, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença do Deputado Paulo Lamac. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos das Deputadas Maria Tereza Lara em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para discutir a violência contra comunidades quilombolas no Estado, especialmente a ameaça de morte contra os Srs. Vanderlei Dias, Vereador da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo, e Evanir, da comunidade quilombola de São Domingos de Paracatu; e Liza Prado (2) em que solicita seja encaminhado ao Conselho Tutelar de Poços de Caldas pedido de informações sobre abuso contra criança que teria ocorrido nesse Município, conforme matéria publicada pelo jornal "Hoje em Dia" nesta data; e seja realizada reunião de audiência pública para discutir abuso sexual contra criança que teria ocorrido em Poços de Caldas; dos Deputados Durval Ângelo e Sargento Rodrigues e da Deputada Liza Prado em que solicitam sejam encaminhados à Corregedoria-Geral da Polícia Civil cópia do relatório relativo a visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia à Escola Estadual Ordem e Progresso, bem como das notas taquigráficas das reuniões de comissões desta Casa em que se discutiu a situação dessa Escola; o abaixo-assinado que solicita a destituição da Sra. Mariza de Oliveira Costa, Diretora da Escola, e pedido de providências para a



apuração de denúncia de desvio funcional que teria sido praticado por ela, com a audiência de Deputados desta Casa no procedimento administrativo eventualmente instaurado; dos Deputados Sargento Rodrigues (3) em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Educação o trecho das notas taquigráficas desta reunião que contém a fala do Sr. Rodrigo Bolívar e pedido de providências para a ampliação do número de vagas no turno noturno e a criação de turmas de Ensino de Jovens e Adultos na Escola Estadual Nair de Oliveira Santana; seja realizada reunião de audiência pública em Teófilo Otôni para debater denúncia de violação de direitos humanos e perseguição que estariam sendo praticadas contra o 3º-Sgt. PM Marcos Antônio Chaves Souza; e seja realizada reunião de audiência pública em Teófilo Otôni para debater tratamento degradante, coação moral e perseguição que estariam sendo praticados contra o 3º-Sgt. PM Cloves Bonfim de Moraes; Paulo Lamac (4) em que solicita sejam encaminhados ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante da PMMG as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão, em Guidoal, e pedido de providências com vistas ao envio de viatura com tração nas quatro rodas para atender à população desse Município, atingido pela enchente do Rio Xopotó; sejam encaminhados à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão, em Guidoal, e pedido de providências com vistas à reclassificação do desastre ocorrido nesse Município, de modo a que seja reconhecido o estado de calamidade pública, em vez de situação de emergência; sejam encaminhados aos Secretários de Transportes e Obras Públicas e de Desenvolvimento Social as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão, em Guidoal, e pedido de providências para que sejam restabelecidas as condições de vida e de produção nesse Município; e seja realizada visita à comunidade quilombola Pimentel, em Pedro Leopoldo, para averiguar denúncia de que os moradores estariam vivendo em condições subumanas e sofrendo ameaças de latifundiários; do Deputado Paulo Lamac e da Deputada Liza Prado (2) em que solicitam sejam encaminhados à Presidência do BDMG e às Superintendências Regionais da CEF e do Banco do Brasil na Zona da Mata as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão, em Guidoal, e pedido de providências com vistas à liberação de recursos em condições especiais para esse Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2012.

Durval Ângelo, Presidente – Sargento Rodrigues – Paulo Lamac.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA 29/2/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 339/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Diretor-Geral do Deop-MG e ao Presidente da Codemig as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de informações com cópias dos documentos sobre eventual doação ou transferência de imóveis por órgão público - devido a recrutamento de força de trabalho especializada, quando da implantação da Cidade Industrial - a moradores dos bairros e vilas onde haverá obras do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem; e sobre os mapas da região da Cidade Industrial de Contagem, datados de 1940 a 1945, inclusive das áreas próximas às ruas que menciona, situadas na Vila Itaú. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 606/2011, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Emater-MG pedido de informações sobre a execução da Ação 4147 - Criação de Pequenos Animais - Piscicultura - em comunidades indígenas, com a discriminação das comunidades em que essa ação tem sido desenvolvida, bem como do percentual de execução física e financeira da ação nas referidas comunidades. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 725/2011, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde e à Diretoria-Geral do IMA pedido de informações sobre a ocorrência de problemas de saúde ou óbitos que tenham sido causados pelo consumo de queijo minas artesanal. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 747/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG - pedido de



informações sobre as obras de saneamento em Turmalina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 748/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 768/2011, das Comissões de Educação e de Segurança Pública, em que solicitam sejam encaminhados ao Subchefe do Estado-Maior da PMMG pedido de informações sobre os dados constantes no Registro de Eventos de Defesa Social - Reds -, em especial sobre os incidentes de violência em ambiente escolar nos últimos três anos no Estado, por Município, e de cópia dos documentos que estabelecem as diretrizes para a atuação da PMMG em casos de violência nos estabelecimentos de ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 809/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude - CAO-IJ - pedido de informações sobre a implantação de medidas socioeducativas em Municípios, em particular quanto à prestação de serviços à comunidade e à liberdade assistida. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.129/2011, do Deputado Sebastião Costa, em que solicita a inserção nos anais da Casa de matéria veiculada no jornal "Estado de Minas" de 28/5/2011, intitulada "Renegociação Necessária", do Deputado Federal Eduardo Azeredo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.918/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre a constituição da dívida do Estado com a Cemig, incluindo cópia dos documentos que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.129/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Contas pedido de cópia da íntegra do estudo sobre a dívida pública de Minas Gerais, realizado pela Diretoria de Controle Externo dessa Corte, para subsidiar o relatório anual de 2010, que teve como relator o Conselheiro Sebastião Helvécio. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.130/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações, com os aspectos que menciona, sobre os contratos de financiamento do Estado com a União e com a Cemig. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.157/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações detalhadas sobre as memórias de cálculo de dívidas do Estado negociadas no âmbito das Leis Federais nºs 7.614, de 1987, 7.976, de 1989, e 8.727, de 1993. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.158/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre os documentos que menciona, que contêm informações relacionadas a acordo e contratos firmados pelo Estado nas negociações realizadas com base na Lei Federal nº 9.496, de 1997. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Augusto Monteiro Guimarães para o cargo de Presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Eugênio Ferraz para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 817/2011, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e outros estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.220/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a divulgação, em cada estabelecimento da rede pública de ensino, de informações sobre a pessoa que dá nome àquele estabelecimento. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 353/2011, do Deputado Fred Costa, que torna obrigatória a identificação de crianças e adolescentes nos estabelecimentos hoteleiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Trabalho, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 906/2011, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre o horário destinado à divulgação da cultura no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Turismo perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.545/2011, do Deputado Bruno Siqueira, que proíbe a comercialização, a distribuição e a utilização de serpentinas metalizadas e produtos similares no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.523/2011, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfinópolis o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 29/2/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.553/2011, do Deputado Marques Abreu; 2.650/2011, do Deputado Juninho Araújo.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.197/2011, do Deputado Doutor Wilson Batista.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 701/2011, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.427/2012, do Deputado Doutor Viana; 2.432/2012, do Deputado Carlos Mosconi; 2.434/2012, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 2.477/2012, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/2/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Apresentação do projeto de Kaiodê Leonardo Biague premiado na edição de 2011 do Prêmio Jovem Cientista do CNPq.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/2/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.384/2012, do Deputado Elismar Prado; 2.428/2012, do Deputado Doutor Viana; 2.479 a 2.482/2012, do Deputado Duílio de Castro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H45MIN DO DIA 29/2/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.734/2011, do Deputado Delvito Alves.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 29/2/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagem nº 40/2011, do Governador do Estado.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.523/2011, do Deputado Zé Maia.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 198 e 235/2011, do Deputado Elismar Prado; 679/2011, do Deputado Luiz Henrique; 737/2011, do Deputado André Quintão; 767/2011, do Deputado Wander Borges; 1.018 e 1.032/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.208 e 1.281/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.363/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.732/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.093/2011, do Deputado Rogério Correia; 2.196/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.729 a 2.731/2011, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/2/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 583/2011, do Deputado Elismar Prado.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 659/2011, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 655/2011, do Deputado Wander Borges; 1.811/2011, do Deputado Délio Malheiros; 2.487/2011, do Deputado Tiago Ulisses; 2.667/2011, do Deputado Rômulo Veneroso; 2.670/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.735/2011, do Deputado Duarte Bechir.

Requerimentos nºs 2.306/2012, do Deputado Carlin Moura; 2.370/2012, do Deputado Elismar Prado; 2.389/2012 e 2.390/2012, da Comissão de Participação Popular; 2.405/2012, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; e 2.431/2012, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 29/2/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.400/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 2.412/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 29/2/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.511/2011, do Deputado Duarte Bechir; 2.457/2011, do Deputado Elismar Prado.

Requerimentos nºs 2.411/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.422/2012, do Deputado Celinho do Sintrocél; e 2.425/2012, do Deputado Doutor Viana.

Debate, com a presença de convidados, sobre o procedimento a ser adotado a fim de garantir a geração de trabalho e renda para os expositores da Feira de Artesanato do Mineirinho, bem como sobre a possibilidade de transferi-la provisoriamente para outro local durante as obras de reforma.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA DÍVIDA PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 1º/3/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da Comissão de Direitos Humanos; a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da Comissão de Segurança Pública, para a reunião a ser realizada em 29/2/2012, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre manipulação de dados que teria ocorrido no Registro de Eventos de Defesa Social - Reds -; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2012.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 27/2011

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlin Moura, Fabiano Tolentino, Gustavo Corrêa e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/2/2012, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2012.

Romel Anízio, Presidente "ad hoc".



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 655/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Sabarense da Educação e Cidadania, com sede no Município de Sabará.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 655/2011 pretende declarar de utilidade pública o Instituto Sabarense da Educação e Cidadania, com sede no Município de Sabará, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a promoção da cidadania em todos os seus aspectos, lutando por políticas públicas que assegurem a implementação da melhoria da qualidade de vida e dos direitos básicos nas áreas de habitação, educação, saúde, meio ambiente, segurança alimentar e nutricional.

Por meio de projetos e programas, a instituição fomenta a divulgação da cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico e a integração social; busca a recuperação e a conservação do meio ambiente como fator de promoção da saúde; incentiva o cooperativismo e o empreendedorismo; experimenta sistemas alternativos de produção, comércio e emprego e modelos socioprodutivos; defende o desenvolvimento social por meio do crescimento integrado e sustentável das comunidades; realiza estudos e pesquisas sobre tecnologias alternativas.

Tendo em vista o relevante trabalho realizado pelo Instituto Sabarense da Educação e Cidadania, consideramos meritório que lhe seja outorgado o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 655/2011, em turno único, na forma apresentada.
Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2012.
Rosângela Reis, relatora.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.511/2011

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Corporação Musical Santa Cecília, com sede no Município de Cana Verde.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.511/2011 pretende declarar de utilidade pública a Corporação Musical Santa Cecília, com sede no Município de Cana Verde, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo o desenvolvimento cultural e artístico da comunidade do referido Município.

Com esse propósito, a instituição busca a democratização da cultura musical por meio de sua banda de música; estimula a formação artística de seus associados; mantém escola de música onde são ministradas aulas teóricas e práticas de canto, instrumentos de sopro e percussão.

Diante do relevante trabalho realizado pela Corporação Musical Santa Cecília em defesa da cultura musical da região de Cana Verde, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.511/2011, em turno único, na forma apresentada.
Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2012.
Elismar Prado, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.811/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Délio Malheiros, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores Vítimas da Enchente de Belo Vale – Amove –, com sede no Município de Belo Vale.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.811/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores Vítimas da Enchente em Belo Vale – Amove –, com sede nesse Município, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a defesa dos interesses e direitos do segmento que representa.

Na consecução de seu objetivo, a instituição organiza seus assistidos na busca da melhoria de suas condições de vida; desenvolve trabalho social voltado aos idosos, jovens e crianças; realiza programas sociais, culturais e desportivos; presta assistência a pessoas carentes; luta pelo direito a moradia digna fora de áreas de risco; incentiva programas de geração de trabalho e renda; orienta sobre educação ambiental; cultiva a cordialidade entre seus associados.

Tendo em vista o relevante trabalho social realizado pela referida Associação, consideramos meritório que lhe seja outorgado o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.811/2011, em turno único, na forma apresentada.
Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2012.
Rosângela Reis, relatora.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.457/2011

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Elismar Prado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Sociocultural José Lázaro Henriques, com sede no Município de Araguari.



A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.457/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação Sociocultural José Lázaro Henriques, com sede no Município de Araguari, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter social, cultural e educativo, que tem como escopo a promoção da cultura como ferramenta de inclusão social da população menos favorecida.

Com esse propósito, a instituição defende a conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural da região; mantém o Museu do Disco; utiliza-se da arte e da educação para difundir valores sociais e morais; defende valores universais como paz, ética, cidadania, direitos humanos e democracia; promove, com a formação de grupos voluntários, a arte e a cultura por meio de oficinas, palestras e exposições.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação Sociocultural José Lázaro Henriques, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.457/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2012.

Carlos Mosconi, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.671/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro da Serrinha, com sede no Município de Dom Viçoso.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.671/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro da Serrinha, com sede no Município de Dom Viçoso, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção de melhorias no bairro em que se insere.

Com esse propósito, a instituição realiza mutirões para ações comunitárias, promove atividades culturais, esportivas e de lazer, incentiva os trabalhos artesanais, institui benefícios para os mais carentes, organiza festas e defende os interesses do bairro.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação em prol dos moradores do Bairro da Serrinha, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.671/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2012.

Juninho Araújo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.689/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria do Deputado Antônio Lerin, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Cívica e Cultural de Uberaba, com sede no Município de Uberaba.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.689/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Cívica e Cultural de Uberaba, com sede no Município de Uberaba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a defesa dos direitos e a melhoria da qualidade de vida da comunidade em que se insere.

Com esse propósito, a instituição viabiliza o debate dos problemas locais; mantém relações com sociedades congêneres; fomenta os vínculos de amizade e fraternidade entre os associados; promove o respeito aos valores éticos, sociais e culturais; presta serviços de utilidade pública e de auxílio à comunidade em situações de emergência e calamidade pública; realiza campanhas preventivas de saúde e de segurança.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação em prol da comunidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.689/2011, em turno único, na forma apresentada.
Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2012.
Juninho Araújo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.735/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Alvorada – Amba –, com sede no Município de Seritinga.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.735/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Alvorada, com sede no Município de Seritinga, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a defesa dos direitos e interesses dos moradores daquela comunidade.

Na consecução de suas finalidades, a instituição promove assistência social voltada para a proteção da família, da maternidade, da infância, da adolescência, da velhice e das pessoas com deficiência; luta em defesa da educação e da saúde gratuitas; incentiva a integração de seus assistidos no mercado de trabalho; defende a preservação do patrimônio histórico e cultural; luta pela segurança alimentar e nutricional; orienta sobre a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável; fomenta o desenvolvimento econômico e social; combate a pobreza.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação de Moradores do Bairro Alvorada em prol dos mais necessitados, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.735/2011, em turno único, na forma apresentada.
Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2012.
Rosângela Reis, relatora.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.637/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.637/2011, de autoria do Deputado João Leite, que declara de utilidade pública a Associação dos Condomínios Horizontais – ACH –, com sede no Município de Nova Lima, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.637/2011

Declara de utilidade pública a Associação dos Condomínios Horizontais – ACH –, com sede no Município de Nova Lima.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Condomínios Horizontais – ACH –, com sede no Município de Nova Lima.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 8 de fevereiro de 2012.

Duarte Bechir, Presidente - Luiz Henrique, relator - Gilberto Abramo.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 1.918/2011

Mesa da Assembleia

Relatório

Por intermédio da proposição em tela, a Comissão Especial da Dívida Pública, atendendo a requerimento do Deputado Bonifácio Mourão, aprovado na 1ª Reunião Extraordinária de 17/11/2011, requer ao Presidente da Assembleia seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a constituição da dívida do Estado de Minas Gerais para com a Cemig.

Publicado no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem o requerimento a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise visa obter informações sobre a constituição da dívida do Estado de Minas Gerais para com a Cemig, bem como cópias dos seguintes documentos: contratos celebrados, notas técnicas emitidas, documentos comprobatórios de atos realizados, memória de cálculo e outros documentos pertinentes ao caso.

A Constituição do Estado, em seu art. 54, § 3º, confere à Mesa da Assembleia a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a autoridades estaduais, o que o inciso IX do art. 100 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Minas Gerais disciplina, assegurando a competência das suas comissões para encaminhar pedidos de informação dessa natureza por intermédio da Mesa.

De acordo com o art. 62, XXXI, da Carta Estadual, é competência do Poder Legislativo fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo e de sua administração indireta. Outrossim, o art. 74 da Constituição do Estado determina que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta é exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder e entidade.

Assim, a proposição em pauta se traduz em legítimo exercício de controle e fiscalização desta Casa, razão pela qual deve prosperar.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 1.918/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 27 de fevereiro de 2012.

Dinis Pinheiro – Presidente - Dilzon Melo, relator - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 2.129/2011

Mesa da Assembleia

Relatório

Na proposição em tela, a Comissão Especial da Dívida Pública, atendendo a requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão aprovado na 2ª Reunião Ordinária de 1º/12/2011, requer ao Presidente da Assembleia seja solicitado ao Tribunal de Contas cópia da íntegra do estudo sobre a dívida pública de Minas Gerais, realizado pela Diretoria de Controle Externo daquela Corte para subsidiar o relatório anual de 2010, que teve como relator o Conselheiro Sebastião Helvécio.

Após sua publicação no “Diário do Legislativo”, em 12/12/2011, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise solicita ao Tribunal de Contas cópia da íntegra do estudo sobre a dívida pública de Minas Gerais, realizado pela Diretoria de Controle Externo daquela Corte para subsidiar o relatório anual de 2010, que teve como relator o Conselheiro Sebastião Helvécio.

De acordo com o art. 73, § 1º, inciso II, da Carta Estadual, os atos das unidades administrativas dos Poderes do Estado se sujeitarão ao controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas. Outrossim, o art. 74 da Constituição do Estado determina que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta é exercida, mediante controle externo, pela Assembleia Legislativa, e pelo sistema de controle interno de cada Poder e entidade.

Além disso, o art. 76 da Constituição Estadual estabelece as competências do referido Tribunal, entre as quais está a prestação de informações solicitadas pela Assembleia Legislativa, ou por comissão sua, sobre assunto de fiscalização financeira. Assim, o Tribunal tem o dever de compartilhar com a Assembleia qualquer estudo por ele desenvolvido, desde que relacionado às finanças públicas.

O documento ora solicitado teve por finalidade avaliar se o governo do Estado disporá de condições para liquidar o contrato de refinanciamento com a União no prazo previsto, matéria essa objeto de análise da Comissão Especial da Dívida Pública, instituída por esta Casa com o objetivo de estudar o processo de endividamento do Estado perante a União e analisar as possibilidades de renegociação dos contratos de refinanciamento em vigor. Ressalta-se, portanto, que o referido documento é de especial importância para os trabalhos da Comissão.

Pelas razões abordadas, entendemos ser pertinente o requerimento em apreço.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 2.129/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 27 de fevereiro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - Alencar da Silveira Jr., relator - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 2.130/2011

Mesa da Assembleia

Relatório

Por intermédio da proposição em tela, a Comissão Especial da Dívida Pública, atendendo a requerimento do Deputado Bonifácio Mourão, aprovado na 2ª Reunião Extraordinária de 1º/12/2011, requer ao Presidente da Assembleia seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os contratos de financiamento do Estado com a União e com a Cemig.

Publicado no “Diário do Legislativo” de 13/12/2011, vem o requerimento a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise visa obter informações sobre os contratos de financiamento do Estado com a União e com a Cemig, assim discriminados: acordos e aditivos, detalhamento dos montantes negociados conforme contratos e valores calculados e debitados mensalmente a título de atualização monetária, juros reais, amortizações e demais encargos.

A Constituição do Estado, em seu art. 54, § 3º, confere à Mesa da Assembleia a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a autoridades estaduais, o que o inciso IX do art. 100 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Minas Gerais disciplina, assegurando a competência das suas comissões para encaminhar pedidos de informação dessa natureza por intermédio da Mesa.

De acordo com o art. 62, XXXI, da Carta Estadual, é competência do Poder Legislativo fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo e de sua administração indireta. Outrossim, o art. 74 da Constituição do Estado determina que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta é exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder e entidade.

Assim, a proposição em pauta se traduz em legítimo exercício de controle e fiscalização desta Casa, razão pela qual deve prosperar.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 2.130/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 27 de fevereiro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente – Dilzon Melo, relator – José Henrique – Inácio Franco – Paulo Guedes – Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 2.157/2011

Mesa da Assembleia

Relatório

Por intermédio da proposição em tela, a Comissão Especial da Dívida Pública, atendendo a requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, aprovado na 3ª Reunião Extraordinária de 6/12/2011, requer ao Presidente da Assembleia seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de informações sobre as dívidas do Estado, detalhadas com memórias de cálculo.

Publicado no “Diário do Legislativo” de 15/12/2011, vem o requerimento a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise visa obter informações sobre as dívidas do Estado, negociadas no âmbito das Leis Federais nos 7.614/87, 7.976/89 e 8.727/93, detalhadas com as memórias de cálculo.

A Constituição do Estado, em seu art. 54, § 3º, confere à Mesa da Assembleia a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a autoridades estaduais, o que o inciso IX do art. 100 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Minas Gerais disciplina, assegurando a competência das suas comissões para encaminhar pedidos de informação dessa natureza por intermédio da Mesa.

De acordo com o art. 62, XXXI, da Carta Estadual, é competência do Poder Legislativo fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo e de sua administração indireta. Outrossim, o art. 74 da Constituição do Estado determina que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta é exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder e entidade.

Assim, a proposição em pauta se traduz em legítimo exercício de controle e fiscalização desta Casa, razão pela qual deve prosperar.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 2.157/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 27 de fevereiro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente – Dilzon Melo, relator – José Henrique – Inácio Franco – Paulo Guedes – Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 2.158/2011

Mesa da Assembleia

Relatório

Por intermédio da proposição em tela, a Comissão Especial da Dívida Pública, atendendo a requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão aprovado por esse órgão colegiado, requer ao Presidente da Assembleia seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de informações sobre documentos relativos a acordo e contratos firmados pelo Estado nas negociações realizadas com base na Lei nº 9.496, de 1997.

Publicado no “Diário do Legislativo” de 15/12/2011, vem o requerimento a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise visa obter os seguintes documentos, a fim de subsidiar os trabalhos da Comissão Especial da Dívida Pública:

a) cópia do acordo estabelecido com a União e demais contratos – juntamente com respectivos anexos, aditivos, complementos, etc. – firmados pelo governo do Estado de Minas Gerais nas negociações realizadas com base na Lei nº 9.496, de 1997 (contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívida);



b) memórias de cálculo dos valores calculados e debitados mensalmente a título de atualização monetária, juros reais, amortizações e demais encargos, desde o início da referida negociação, segregando em colunas distintas as parcelas efetivamente pagas e as que foram capitalizadas, ou seja, que passaram a compor o estoque da dívida, de forma a demonstrar com exatidão o saldo da dívida ao final de cada mês;

c) parcela do patrimônio estadual que foi privatizada no âmbito do Programa Estadual de Desestatização – PED –, que fez parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados – PAF –, detalhando-se sua relação com o subsídio inicial, conforme consta em tabela na cópia do requerimento.

A Constituição do Estado, em seu art. 54, § 3º, confere à Mesa da Assembleia a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a autoridades estaduais, o que o inciso IX do art. 100 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa disciplina, assegurando a competência de suas comissões para encaminhar pedidos de informação dessa natureza por intermédio da Mesa.

De acordo com o art. 62, XXXI, da Carta Estadual, é competência do Poder Legislativo fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo e de sua administração indireta. Outrossim, o art. 74 da Constituição do Estado determina que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta é exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder ou entidade.

Assim, a proposição em pauta se traduz em legítimo exercício do controle e fiscalização desta Casa, razão pela qual deve prosperar.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 2.158/2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 27 de fevereiro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - Dilzon Melo, relator - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 23/2/2012

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna, pela primeira vez neste ano, para fazer um balanço de algumas iniciativas tomadas em janeiro que terão repercussão e impacto durante todo o ano, principalmente aquelas relativas às chamadas políticas sociais.

No mês de janeiro, o Governador sancionou o PPAG 2012-2015, com, para nossa alegria, a totalidade das emendas populares aprovadas na Comissão de Participação Popular, na íntegra. Nas audiências para discussão do PPAG, foram apresentadas 194 propostas, das quais 176 foram aprovadas no âmbito da Comissão de Participação Popular. É bom destacar que muitas das propostas apresentadas na audiência sobre o PPAG realizada ao final do ano foram oriundas de eventos institucionais da Assembleia, novidade que adotamos no ano passado. Foram propostas discutidas e apreciadas no fórum técnico “Segurança nas escolas - por uma cultura de paz” e no seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, além daquelas que anualmente são apresentadas ao longo das demais audiências para discussão do PPAG.

A partir das 176 propostas a que me referi agora, foram geradas 25 emendas ao Orçamento, 81 emendas ao PPAG e 154 requerimentos, muitos deles para providências por parte do governo sobre ações que, embora já com a previsão legal, ainda não se realizaram. Essas emendas trataram principalmente de programas e ações, novos ou ampliados, para comunidades indígenas e quilombolas, atenção à saúde, regularização fundiária, melhorias habitacionais e alimentação escolar, entre outros.

Na área da segurança alimentar e nutricional, a implementação de um programa estadual de alimentação e nutrição, reestruturação do Sisvan, manutenção do conselho estadual, Consea. Na garantia dos direitos da criança e do adolescente, o reaparelhamento de unidades socioeducativas, o apoio aos Conselhos Tutelares, e, também por meio de emendas ao PPAG, a implantação da Bolsa-Reciclagem, originária de um projeto do Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro, que teve, além da lei, a previsão de recursos para implantação, neste ano, na Região Metropolitana.

Na área da cultura, uma ação de criação de sistema estadual de cultura e implantação do centro de tradição cultural do Jequitinhonha. Conseguimos duas ações novas para segurança nas escolas e criação de rede de acompanhamento social. Como disse, propostas do fórum técnico.

Houve uma grande conquista: a antecipação do piso mineiro da assistência social, por meio da ampliação de praticamente R\$12.000.000,00, originários do Fundo de Erradicação da Miséria. Alocamos para a agricultura familiar recursos na linha de implantação de lavouras, capacitação de jovens rurais, compra direta para alimentação escolar. Só para essas ações foram ampliados mais de R\$3.400.000,00. Mantivemos o apoio aos empreendimentos de comercialização das feiras livres, economia popular solidária, a previsão de recursos para implantação de núcleos itinerantes na Defensoria Pública e ampliamos recursos para o programa Fica Vivo.

Foram, como disse, 81 emendas ao PPAG, 25 emendas à Lei Orçamentária, quase R\$30.000.000,00 em recursos novos, e também a manutenção de algumas ações já previstas nas emendas aprovadas em anos anteriores que o governo manteve no projeto original. Eu destacaria esse balanço porque se trata de uma novidade institucional da Assembleia de Minas Gerais. Em nenhum outro Estado há essa possibilidade. Então, isso é importante, assim como é importante também a sanção da lei que criou o Fundo de Erradicação da Miséria, na íntegra, a lei do formato. O fundo foi criado por meio de lei do Governador, aprovada pela Assembleia, que contará com recursos aproximadamente de R\$200.000.000,00 por ano, que advêm de uma alíquota adicional incidente sobre bebidas alcoólicas,



armas e venda de cigarros. Na tramitação do projeto, conseguimos ampliar e formatar melhor, com mais transparência e controle social, uma espécie de conselho gestor do Fundo de Erradicação da Miséria e ampliamos também as possibilidades de aplicação de seus recursos, como, por exemplo, na política de segurança alimentar e nutricional. A previsão de utilização desse recurso no Piso Mineiro de Assistência Social possibilitará um salto de 214 para 822 Municípios apoiados financeiramente, no ano de 2012, principalmente para o funcionamento dos Centros de Referências da Assistência Social - Cras.

Então, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, principalmente no dia de hoje, com todos os Deputados, boa parte deles aqui presentes, é importante fazer esse balanço positivo da ação da Assembleia Legislativa do Estado.

Outra conquista importantíssima, do ponto de vista até humano, foi a assinatura de um convênio entre a Funasa, a Secretaria de Desenvolvimento Regional Urbano – Sedru - e muitos Municípios do Vale do Jequitinhonha para levar o abastecimento de água para comunidades com até 200 habitantes.

Todos aqui se lembram do trabalho coletivo que fizemos, não só a Comissão de Participação Popular, mas também outros Deputados - e vejo aqui o Deputado Luiz Henrique. Percorremos várias comunidades - a TV Assembleia e a equipe da Assembleia fizeram matérias muito qualificadas; o jornal “Estado de Minas” também fez uma cobertura especial, matéria que foi premiada pelo sindicato dos jornalistas. E tivemos duas conquistas importantes. A primeira é que, no Plano Plurianual, já veio um projeto que contempla essas comunidades com menos de 200 habitantes, um estruturador; e, num curtíssimo prazo, esse convênio de R\$15.200.000,00 atenderá, já na arrancada desse estruturador, todas as comunidades visitadas. Isso é muito importante, porque - não me canso de dizer nesta Casa - às vezes a Assembleia faz a audiência pública, faz a comissão especial, envia o requerimento, os Deputados vêm à tribuna, e muita gente não valoriza esse trabalho. Mas esse trabalho feito no ano passado - repito, coletivo - teve um resultado importantíssimo. Se não no formato que esperávamos, que seria a própria Copanor atender a todas as comunidades com menos de 200 habitantes, o governo, com seus motivos, determinou que a Sedru fizesse esse trabalho, e ela já começou a fazê-lo. Os Prefeitos já estão realizando os projetos, as licitações, e em 2012 todas as comunidades aqui elencadas terão água e esgoto, mostrando que o trabalho, quando feito de maneira séria, pode apresentar resultado. Então, Deputado Luiz Henrique, da mesma forma que em dezembro eu trouxe aqui uma garrafa de água suja com o laudo de impropriedade por parte da Universidade Federal, quem sabe, ao final deste ano de 2012, possamos voltar aqui com uma garrafa de água limpa, já resultado do trabalho da Assembleia Legislativa?

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado André Quintão, é sempre um prazer apartear V. Exa., lembrando que, no ano passado, fizemos, juntamente com V. Exa. e a Comissão de Participação Popular, visita a comunidades do Jequitinhonha e do Norte que estavam carentes de água. Naquela ocasião estávamos lutando pelo orçamento integral da Copanor.

Tenho uma boa notícia para dar a V. Exa. Já no início deste ano, na semana retrasada, a bancada do Jequitinhonha foi atendida pela Secretária Renata Vilhena, e este ano não haverá contingenciamento do orçamento da Copanor. Então teremos, Deputado André Quintão, mais de R\$100.000.000,00 para serem investidos no Programa Vida no Vale. Por outro lado, quero parabenizar a Presidenta Dilma e o Governador Anastasia porque, com a visita que fizemos e as matérias dos jornais, a Funasa, juntamente com a Sedru, assinou convênios para beneficiar, conforme V. Exa. falou, mais de 21 Municípios. Fruto desse trabalho também suprapartidário, quero dar uma boa notícia, porque, por intermédio de V. Exa., tive um contato com o Ministro Passos, e o Tarcísio, Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, na semana passada, afirmou que em março lançará o edital da BR-367, a tão sonhada BR que cruza todo o Jequitinhonha. Então, Deputado André Quintão, fruto desse trabalho suprapartidário, dessa visão republicana do Anastasia e da Dilma, tenho certeza de que em 2012 continuaremos trabalhando juntos, pró-Minas Gerais. Parabéns pelo trabalho, Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado, Deputado Luiz Henrique. V. Exa. trata de um assunto de fato muito importante, e quem é da região sabe disso. A conclusão dos trechos de Minas Novas até Virgem da Lapa e de Almenara até Salto da Divisa complementarão o conhecido sonho de JK, a rota do descobrimento, da penetração e da ocupação do nosso território, uma estrada histórica ligando Diamantina a Porto Seguro.

Então há também um impacto econômico na região. O Deputado sabe disso. Infelizmente essa obra é muito requisitada e sempre prometida, mas não realizada. Então sejam os desacertos do governo federal com o estadual, que fazem o projeto aqui e lá. Agora me parece que, de fato, está nos trilhos corretos. V. Exa. nos traz essa notícia. Essa obra será muito importante.

Aproveito para fazer um apelo, a fim de que o Estado agilize o projeto executivo que consta do programa Caminhos de Minas, que antigamente era conhecido como Links Faltantes, que são aqueles asfaltamentos que atingem ligações regionais econômicas importantes. Aquele trecho perto de Irapé, no Distrito de Ijicatu, até Virgem da Lapa, de aproximadamente 41km, beneficiando também o Distrito de Lelivéldia, na cidade de Berilo, consta do programa, mas o projeto executivo não foi ainda licitado. Novo Cruzeiro até Araçuaí, que é uma rota histórica cantada - aliás, todos a conhecem na canção “Bahia-Minas, trem que ligava Minas a Bahia” -, também é um importante trecho econômico e foi uma antiga estrada de ferro ligando Bahia a Minas. Além disso, é também uma ligação prevista no Caminhos de Minas. Aproveitamos para solicitar essas duas obras.

No mais, Sr. Presidente, o que queria era dar esse retorno até como Presidente da Comissão de Participação Popular, que agora acompanhará o desdobramento de todas essas emendas aprovadas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Vítor Xavier* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, telespectadores que me acompanham pela TV Assembleia, o assunto que me traz a esta tribuna hoje é mais uma vez a tristeza com os acidentes em nossas estradas no período do carnaval. A Polícia Rodoviária Federal acaba de divulgar um número, mostrando que, apenas nas rodovias federais de Minas Gerais, ocorreram 24 mortes até ontem. Quer dizer, 24 pessoas morreram nas rodovias federais no Estado de Minas Gerais apenas nesse período.

No ano passado, morreram 30 pessoas nas rodovias mineiras. Agora será que temos algum motivo para comemorar a queda de 30 para 24 pessoas mortas? São famílias destruídas pela falta de condição das estradas nos períodos de feriado, durante todo o ano. Então acaba que perdemos a oportunidade de comemorar. A cada feriado, há essas estatísticas deprimentes. Foram 24 pessoas mortas nas



rodovias federais. E a internet informa a ocorrência de mais um acidente com caminhão, que deixou mais de 30 feridos na BR-040, próximo à cidade de Sete Lagoas.

É preciso manifestar a preocupação desta Casa com a situação das estradas em Minas Gerais.

Recentemente, o jornal “Hoje em Dia” trouxe uma matéria que mostrava que, apesar de Minas Gerais ter a maior malha rodoviária do Brasil, ocupa apenas o 10º lugar em investimento do governo federal por quilômetro.

Outra matéria recente do jornal “Estado de Minas” destacou a violência absurda que toma conta das estradas em Minas Gerais. É o Estado com o maior número de mortes a cada feriado e data festiva no País. Está na hora de dar um basta a essa situação.

A cada ano que passa, isso se repete. O ex-Presidente Lula e a Presidente Dilma já vieram aqui prometer a duplicação da BR-381 e da BR-040 e melhorias nas nossas estradas, mas nada se faz efetivamente. O nosso povo continua morrendo nas estradas, e o dinheiro não sai. O dinheiro não sai para a BR-040 e a BR-381, nem para o metrô de Belo Horizonte, nem para o Anel Rodoviário, que continua a vergonha de sempre.

No governo de Fernando Pimentel, foi feito o Orçamento Participativo - OP - em Belo Horizonte para a obra da Praça São Vicente, que não saiu. Os R\$800.000.000,00 destinados ao Anel Rodoviário também não saíram. Para piorar, pontes e viadutos da BR-381 estão despencando. O Viaduto São Francisco está há mais de dois meses em petição de miséria, está despencando, não dá vazão ao trânsito, não tem a manutenção devida, não tem a obra devida.

Então, pessoas estão morrendo a cada ano, no carnaval, no “réveillon”, no Natal, e na Semana Santa, que vem aí, daqui a 40 dias, estará se repetindo esse noticiário. São mais 20, 25, 30 pessoas que morrerão nas rodovias federais no Estado de Minas Gerais. O pior, Deputado Vanderlei, é que não temos a menor perspectiva, a menor esperança de melhora, que fica apenas no discurso. Na prática, nada acontece. A cada ano, a cada governo, vem a promessa de melhorias nessas rodovias, entretanto, na prática, nada acontece em prol do povo mineiro. Minas é o 2º Estado em geração de impostos para o governo federal e o 10º em investimentos para recuperação de estradas.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Gostaria de agradecer ao colega esta oportunidade. Endosso o que V. Exa. mencionou nessa tribuna; isso já não é denúncia. Os Deputados desta Casa têm batido insistentemente na questão das estradas federais que passam em Minas Gerais, como a BR-381. Quero lembrar ao nobre colega que, em 2009, a nosso convite, vieram a esta Casa, à sala do Presidente, técnicos do DNIT, que tinham em mãos o pré-projeto da duplicação da BR-381 até Governador Valadares. Eles disseram que esse pré-projeto, transformado em projeto, iria atrasar o início das obras em um ano. Em virtude desse atraso, o que era para se iniciar em 2010 seria iniciado em 2011, o que era para ser concluído em 2012 seria concluído em 2013. Mas até hoje, Deputado, não se fez absolutamente nada na BR-381 no trecho Belo Horizonte-Governador Valadares.

Agora, mais uma vez, estamos vendo o que já era esperado: tragédias nas estradas, vidas perdidas, porque nossas estradas não oferecem condições de tráfego. É suicídio entrar, principalmente no trecho Belo Horizonte-João Monlevade. A alternativa que tínhamos, passar por Ouro Preto, Ponte Nova, saindo em Rio Casca, que era uma boa alternativa, deixou de ser porque os caminhoneiros também descobriram essa rota e ela se tornou tão perigosa quanto o trecho principal. Quero dizer que todas as vezes que um Deputado assomar a essa tribuna para falar do caos em que se transformaram as rodovias, principalmente as federais, em nosso Estado, terá da minha parte inteiro apoio. Não vamos nos calar, não vamos permitir que o governo federal vire as costas para Minas Gerais no tocante à malha rodoviária federal em nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado João Vítor Xavier - Muito obrigado, Deputado Vanderlei.

Concederei aparte ao Deputado Gustavo Valadares, mas antes quero dizer que é muito fácil, Deputado. É só pegar todo o dinheiro que estamos pagando de juros, por essa agiotagem que o governo federal faz com Minas Gerais, e devolvê-lo em obras para o nosso Estado. Vamos esquecer tudo que pagamos de impostos, tudo com que contribuimos para o governo federal “encher seu porquinho” e pedir de volta somente aquilo que pagamos de juros a esse governo. Veremos que isso dará para fazer a BR-381 em um ano, a BR-040 em outro, as BRs que cortam o Norte de Minas e que estão em petição de miséria em outro ano, o Anel Rodoviário e o metrô também em outro ano. Daria para fazer tudo, só pegando de volta o dinheiro da agiotagem que o governo federal faz com Minas Gerais.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado João Vítor, falo apenas para parabenizá-lo pelo pronunciamento e para trazer aqui uma história que escutei recentemente do Diretor-Geral do DER referente à questão do Anel Rodoviário.

O governo do Estado se disponibilizou a resolver o problema do Anel Rodoviário: chamar por edital e fazer a licitação do projeto executivo de sua reforma.

Pelo preço calculado pelos técnicos do DER, um projeto dessa complexidade e magnitude não ficaria por menos que R\$18.000.000,00. O Ministério dos Transportes havia estabelecido um teto máximo de 5 milhões, e então começou a negociar com o governo do Estado, como se fosse um leilão, pensando em fazer um projeto meia-boca, porque isso resolveria o problema. O governo do Estado, então, colocou o pé no freio e parou a negociação.

O Deputado João Vítor Xavier* - E há de se lembrar, Deputado, que a Fiemg havia feito um projeto que foi jogado na lata do lixo.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Sim. Foi jogado na lata de lixo e era um projeto de revitalização até mesmo do entorno do Anel Rodoviário, com áreas definidas para investimentos em cada setor.

Enfim, isso serve apenas para mostrar e comprovar a má vontade do governo federal para com o Estado de Minas.

Existem Deputados do partido da Presidenta Dilma que ocupam a tribuna para criticar obras feitas pelo governo do Estado. São muitas, e, é claro, que alguma obra malfeita, com algum problema ainda existe e precisa ser consertada; mas é melhor criticar algo feito que aquilo que não tem sido feito e que está nos discursos e promessas do PT e do governo federal há mais de oito anos.

Precisamos sair da inércia e partir para a ação. Os mineiros não aguentam mais transitar pela BR-381 na situação em que ela se encontra hoje. O mesmo acontece com a BR-040 e com o Anel Rodoviário. Aliás, são inúmeros os problemas das BRs que cortam o nosso Estado, trazendo muitos males e dores de cabeça à população mineira que por elas transita.

Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento.

O Deputado João Vítor Xavier* - Obrigado, Deputado Gustavo.



Deputado Luiz Henrique, quero aqui trazer o sentimento das famílias mineiras. Meu pai, por exemplo, que mora na cidade de Caeté, não dorme mais nessa época do ano, porque meus irmãos saem para viajar. Eles vão para o Espírito Santo, para ali e para aqui, e meu pai não sabe se o filho chegará de volta a casa. Essa situação também é vivida por todos os pais daquela cidade e também de Barão de Cocais, Santa Bárbara, João Monlevade, Bom Jesus do Amparo e Belo Horizonte.

Em primeiro lugar, não sabemos se conseguiremos viajar. Depois não sabemos se conseguiremos sair da rodovia porque, ao pegar a estrada, não é possível transitar nela. Além disso, não sabemos depois quantas horas levaremos para chegar ao Espírito Santo. Uma viagem de carro até esse Estado é quase mais demorada que uma viagem de Belo Horizonte a Tóquio de avião, porque não se sabe quantas horas ficaremos parados, engarrafados no trânsito.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Deputado João Vítor, há um detalhe: além das estradas, corremos um risco ainda maior hoje. O número de eucaliptos plantados às margens das estradas é enorme, e hoje eles estão caindo em razão da idade.

Há 30 dias, entre Ouro Preto e Itabirito, perdemos uma família. Isso porque, durante a chuva, a árvore caiu, ao bater o vento. Então cabe aqui também um apelo ao DNIT, para começar a fiscalizar essas árvores, pois não é somente o asfalto que está ruim. Daqui para Itabirito, existe somente a barreira. Está na hora de começar a cortar esses eucaliptos. Quero deixar e marcar aqui a posição de uma família que perdeu o pai e a mãe. Por coincidência, quando o telefone tocou, ele estava sendo tirado das ferragens do carro pelo pessoal da polícia de Itabirito. Na mesma hora, o filho estava morrendo em Monlevade. O pessoal da Polícia Rodoviária de Monlevade ligava para o telefone celular do pai, que estava morto em consequência da queda de uma árvore às 5h50min, perto de Amarantina. Um policial queria comunicar a morte do filho, enquanto o outro policial dizia que o filho também havia perdido o pai e a mãe. Por coincidência, no mesmo horário, em Monlevade, morriam o filho, o pai e a mãe. Por causa dessas árvores que estão caindo na beira das estradas. Esse fato chocou toda aquela comunidade de Ouro Preto e Amarantina nas redondezas de Cachoeira do Campo. Obrigado.

O Deputado João Vítor Xavier* - Obrigado. Por falar em Itabirito, quero expressar o meu pesar e abraço a toda a família Paranhos pelo falecimento do Sr. Mateus Martins Paranhos, que foi Vice-Prefeito de Itabirito nos anos 70. Um cidadão da melhor qualidade, e sou suspeito para falar, pois ele era meu padrinho de batismo. Um sujeito de bem e engajado em todas as causas da cidade, causas religiosas e sociais, clubes sociais, clubes de lazer, corporações musicais. Fica aqui o nosso registro e a nossa homenagem a essa grande figura da cidade de Itabirito que partiu na última segunda-feira de carnaval, deixando um espaço sem tamanho na cidade.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e a todos que o apartearam. Uma grande angústia do nosso povo mineiro é a qualidade das nossas estradas, tanto as estaduais quanto as federais. É um abandono. No Triângulo Mineiro, na região próxima a Patos de Minas, vemos o sofrimento de tantas famílias que perdem seus entes queridos porque há um descaso total com as estradas. Recentemente, recebemos a visita do Governador em Uberlândia, e uma reivindicação dos comerciantes é que a região Sul, no Anel Viário Airton Sena, receba recursos. O governo conseguiu empréstimo do BNDES de 3 bilhões de reais, e parte desse recurso poderia cuidar das nossas estradas. Temos uma extensão sul de 20km, e 11km já estão asfaltados, mas é preciso fazer uma ponte para o Bairro Uberabinha, ligando Uberlândia à região Sul. Isso evitaria muitos acidentes, e é a região que mais se desenvolve. Estamos empenhados nisso. Uberlândia é cortada por algumas BRs, como a BR-050, a BR-452 e outras, e temos sofrido bastante com o traçado das estradas e com a dificuldade. O Deputado João Vítor Xavier e os que o apartearam, todos sabemos que Minas contribui muito. No Triângulo é a mesma coisa. Temos uma contribuição de ICMS que é restituída em parcela muito pequena, apesar dos esforços. O Governador esteve em Uberlândia e recebeu dos empresários mais esse pedido dessas obras. Os Deputados de Uberlândia, do Triângulo, os Deputados Elismar Prado, Tenente Lúcio, Luiz Humberto e esta Deputada temos empenhado esforços, independentemente da cor partidária, para defender nosso povo e região. Vemos a BR-381, e não há condições de gente continuar morrendo todos os dias, mães sofrendo porque perdem seus filhos, porque não temos o recurso, apesar de contribuímos tanto para a União. A Presidente Dilma prometeu que nos mandaria esse recurso, e acredito nela, votei nela, acredito na sua palavra e torço para que ela viabilize recurso para o povo mineiro, que não aguenta mais perder gente em razão da omissão do Estado. Foi feito um levantamento, e o DNIT está totalmente sucateado, faltam funcionários para analisar tantos processos, ele não está preparado para o PAC 2, para aprovar os projetos. A situação é muito grave.

O Deputado João Vítor Xavier* - A Presidente Dilma tinha de se curar da “aécite” aguda, do medo de perder as eleições em 2014 para o Senador Aécio Neves. Por conta disso, ela não faz absolutamente nada para o Estado de Minas Gerais. Ela deveria fazer o contrário, deveria trazer mais recursos para Minas Gerais para justificar o fato de ter sido a mais votada no nosso Estado. Tomara que ela escute a voz que vem de Minas, que partiu da Capital deste Estado no 1º turno e no 2º turno das eleições. Tenho certeza de que isso se espalhará pelo Estado todo, porque a revolta do povo mineiro com o que está sendo feito e com o que não está sendo feito é muito grande. Presidente Dilma, pelo amor de Deus, pare de se preocupar com o Senador Aécio Neves, pois 2014 está muito longe. Será uma campanha de dois grandes líderes, mas, se quiser merecer novamente o respeito e o voto do povo mineiro, esqueça o Aécio e trate bem Minas Gerais. Até o momento, a senhora não tem merecido os votos que aqui obteve. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente Rômulo, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, dois assuntos me trazem a esta tribuna. Um deles diz respeito a algumas denúncias do Ministério Público de Minas Gerais ou de alguns de seus membros. O outro refere-se a uma abordagem da Campanha da Fraternidade e à cidade de Contagem. Já fizemos aqui uma denúncia do absurdo que aconteceu na cidade de Lagoa Santa, onde a Promotora Janaini Keilly Brandão Silveira fez um TAC de uma ação do Ministério Público. Quero destacar três Promotores que assinaram essa ação, os quais merecem os elogios desta Casa: Marcos Paulo, Carlos Eduardo e Marta Larcher. Esses três Promotores respondem pelas Promotorias de Justiça de Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba, Patrimônio Histórico e Urbanístico.

Acolhendo provocações de entidades ambientalistas de Lagoa Santa, a partir de notas taquigráficas e requerimentos apreciados em audiências da Comissão de Direitos Humanos, esses Promotores, que estavam designados, juntamente com um Promotor local, fizeram uma denúncia contra o processo desenfreado, ilegal e inconstitucional que fere a legislação ambiental e de tombamento, tanto



do governo estadual quanto do governo federal, referente à verticalização da orla e da sub-bacia de Lagoa Santa. Pois bem, esse procedimento é muito sério. O Juiz local manteve a decisão de proibir a construção de um hotel de cinco andares na orla da lagoa, e essa decisão foi mantida também no Tribunal de Justiça e em Brasília. Aqui, denunciamos que, no dia 16/12/2011, a Promotora local, à revelia dos seus colegas, fez um TAC permitindo essa construção. O mais estranho é que um Juiz Substituto de uma comarca vizinha, no dia 17, às vésperas do recesso do Judiciário, homologou esse acordo totalmente ilegal. O interessante é que essa Promotora já tinha sido desautorizada pelo Conselho Superior do Ministério Público, em novembro, a arquivar uma ação de improbidade administrativa contra o Sr. Breno, Secretário de Obras e Meio Ambiente daquela cidade. O primo dele era proprietário do terreno, e ele havia autorizado esse empreendimento às pressas, à revelia da lei. A Promotora, ao pretender arquivar a ação criminal contra Breno, que era parte integrante da denúncia desse grupo de Promotores - Marcos Paulo, Carlos Eduardo e Marta Larcher -, foi derrotada. Ao fazer esse TAC, ela desrespeitou uma decisão do Conselho Superior do Ministério Público, que havia decidido pela continuidade da ação.

E uma ação era interdependente em relação à outra: se havia crime do Secretário. E o Conselho Superior decidiu pela continuação da ação, com palavras até muito firmes do Procurador relator, que estranhou que a Promotora desconhecesse o processo e a forma pouco polida com a qual se dirigiu aos colegas do próprio Conselho Superior do Ministério Público de Minas Gerais.

Essas ações não são isoladas. Para vermos o estado de exceção em que se encontra o Ministério Público de Lagoa Santa, resalto que tenho em mãos um fato. Essa Promotora estacionou o seu veículo Renault Logan, cinza, placa HJU-7894, em uma rampa de cadeirantes da feira das flores, impedindo a passagem dos cadeirantes. E o mais absurdo: o policial militar, ao fazer a abordagem, viu que a película do vidro estava ilegal, sem chancela e autorização, acima do padrão estabelecido pelo Código de Trânsito. Ao ver seu veículo apreendido, a Promotora ligou para o seu irmão, o Maj. PM Peterson, da Corregedoria da Polícia Militar, que foi lá destratar, desrespeitar o Cb. Fernando e os outros praças que estavam na ocorrência.

Esse é o perfil da Promotora daquela cidade. Não satisfeito com essa atitude, o Major, irmão da Promotora, está perseguindo os praças que aplicaram corretamente a multa no carro da Promotora. É um verdadeiro absurdo.

Hoje, tive que representar novamente na Corregedoria e no Conselho Superior do Ministério Público contra essa Promotora. O Ministério Público já nos deu um mártir como Francisco Lins. No dia 25 de janeiro, celebramos a memória dos 10 anos de sua morte por defender o povo. O que essa Promotora tem feito? Houve uma lei que não foi votada pela Câmara de Lagoa Santa, mas o Prefeito atual a fraudou para pegar um empréstimo de R\$10.000.000,00 na Copasa, por via da Caixa Econômica Federal. A lei não existiu, pois foi vetada pelos Vereadores. E ele usou uma lei falsa para tirar o empréstimo. Ela, então, decidiu processar por denúncia caluniosa o Vereador Genesco Aparecido Filho, porque ele denunciou o Prefeito. É um absurdo. Isso mostra o conluio dessa Promotora com o poder político local. Que mistério é esse? Esse mistério estará no prédio da Promotora ou no prédio da Cidade Administrativa? A Promotora faz o jogo dos poderosos e dos especuladores imobiliários da cidade. Então, achamos que Promotores como Francisco Lins, Marcos Paulo, Carlos Eduardo e Marta Lafer não fazem parte da mesma instituição dessa Promotora de Justiça.

Pasmem, senhores! Denunciarei, na próxima semana, que está havendo uma nova armação da correção da Corregedoria do Ministério Público com vistas a arquivar mais procedimentos contra essa Promotora de Justiça. Estou sabendo disso. Apesar de ocupar o cargo um Corregedor-Geral muito sério, como também o era o anterior, estou sabendo que há armações. Trarei testemunhas a esta Assembleia que viram Corregedores - apresentarei os nomes - rirem, gargalharem, com ela na semana passada, em um trabalho de correção naquela cidade. Isso é para inglês ver?!

Ao Conselho Nacional do Ministério Público encaminharei as notas taquigráficas. Quero que no Ministério Público não ocorram absurdos como este: uma Promotora chamar seu irmão, um Major, porque teve o carro apreendido, legalmente, na Feira das Flores. Não é possível permitir que o desmando e o desgoverno continuem em Lagoa Santa. Acho lamentável isso.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Vou “pegar uma carona” no pronunciamento de V. Exa. para registrar o que houve comigo há 20 dias. Todos os anos, mando confeccionar um calendário com votos de boas-festas a todos os meus eleitores, em substituição ao cartãozinho de Natal. Neste ano, a Juíza de Machado me aplicou uma multa de R\$10.000,00, alegando que se tratava de propaganda fora da época das eleições. Estamos em 2012, e este é o número do PDT, Deputado Durval Ângelo! Coloquei no calendário: “Bom 2012!”. São coisas dessas que a Justiça tem feito e ainda quer que eu pague R\$10.000,00. Assim como ocorrem abusos no Ministério Público, há Juiz querendo aparecer. Quase que eu disse a ela: “Nobre Juíza, coloque uma melancia na cabeça”. Não citarei o seu nome. Deve ser uma incompetente total.

O Deputado Durval Ângelo* - O segundo assunto que quero abordar diz respeito à discussão de que participei ontem na Paróquia São Gonçalo, em Contagem, sobre a abertura da Campanha da Fraternidade, cujo tema é “Fraternidade e Saúde” e cujo lema é “Que a saúde se difunda sobre a Terra”, segundo versículo 8 do capítulo 38 do Livro do Eclesiástico. É a 49ª Campanha da Fraternidade. Hoje, todos querem maiores investimentos na saúde. Com essa Campanha, espero a aprovação da emenda popular que obriga o governo federal a gastar 10% na área da saúde. Espero que esta Casa apoie essa iniciativa.

Nos últimos 15 dias, participei de atos bastante significativos em Contagem, como as visitas, juntamente com a Prefeita Marília Campos, às obras das Unidades Básicas de Saúde - UBSs - dos Bairros Amazonas e Eldorado. Ajudamos na obtenção dos terrenos do Centro Social Urbano onde foram construídas essas UBSs. A Prefeita fará instalar dois equipamentos fundamentais para o atendimento na saúde. Havia muita gente nos dois eventos, especialmente pessoas da terceira idade, tais qual a que aparece no cartaz da Campanha da Fraternidade: uma pessoa idosa e negra. Essas unidades são muito importantes para o Município de Contagem.

Os dois grandes gargalos do SUS no Brasil são as cirurgias eletivas e as consultas especializadas. Por iniciativa da Prefeita, foram compradas 40 mil consultas especializadas e cirurgias eletivas de duas cooperativas. Até a metade do ano, caminha-se para que Contagem possa dizer que o lema da Campanha da Fraternidade é uma realidade no Município. Enquanto se cobram 10% de investimentos na saúde do governo federal, Contagem investe em saúde 27% do seu orçamento.



Há outras obras no Município, como a nova Unidade de Pronto Atendimento - UPA - do Eldorado, que está mais bonita a cada dia, ao lado da Escola Municipal Firmo de Matos, levando à melhoria em todo o atendimento de urgência na cidade. Também está em construção a nova UPA de Nova Contagem.

Além disso, está sendo construído em Contagem um centro materno-infantil com 160 leitos. Esse centro será inaugurado no mês de novembro e certamente fará diferença significativa no atendimento médico às crianças.

Nos próximos dias, a Prefeita Marília anunciará na região da Ressaca a construção de um centro de consultas especializadas.

É muito importante a preocupação da Igreja Católica no Brasil, em sua 49ª Campanha da Fraternidade, com a questão da saúde. “Fraternidade e Saúde”.

Para nós, são muito importantes essas ações em Contagem; é um Município que tem investido em saúde. A Prefeita Marília tem feito diferença significativa no Município, no que tange ao bom atendimento à saúde. Desafio que me apontem o Município no Brasil que gaste 26,5% em atendimento à saúde. Realmente é um desafio. Numa Campanha da Fraternidade em que os órgãos públicos da área da saúde serão observados, Contagem estará na liderança no bom atendimento à saúde. Aliás, a cidade realmente merece destaque nesta Casa. Posteriormente, a Comissão de Direitos Humanos fará uma visita para conhecer esses equipamentos e divulgar que há uma ação diferenciada que busca a solução do problema da saúde em Contagem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, depois deste Carnaval, alguns assuntos me trazem à tribuna na tarde desta quinta-feira. O primeiro deles, já abordado pelo Deputado João Vítor Xavier, diz respeito ao saldo negativo de 24 mortes em Minas Gerais nas nossas estradas durante o último feriado. De fato, foi menos que no ano passado, no Carnaval de 2011, mas, como já dizia o Deputado João Leite, não dá para comemorar a diminuição de 30 mortes para 24. Ainda são muitos os que morrem nas estradas de Minas, principalmente durante os feriados prolongados e as férias de final e de início de ano.

Na minha opinião, isso é fruto de duas situações. A primeira delas é o descaso do governo federal, até porque Minas é o Estado que mais possui rodovias federais cortando seu território. Para os mineiros que transitam pelas nossas estradas, citaria algumas apenas: BR-381, sentido Belo Horizonte-João Monlevade; BR-040, de Belo Horizonte até Barbacena, que também se encontra em estado deplorável; e o Anel Rodoviário, que ainda está sob responsabilidade do governo federal. Aliás, já fiz aparte ao Deputado João Vítor Xavier para falar sobre a boa vontade do governo do Estado em assumir para si a administração e manutenção do Anel Rodoviário, mas nem com essa boa vontade tem conseguido tirar do papel essa promessa do governo federal. Isso se dá muito pela inércia, pela incapacidade, pela incompetência daqueles que gerenciam os órgãos de infraestrutura do governo federal, mas também por outra razão, Deputado João Leite. Não só pela má manutenção das estradas federais que cortam Minas, mas também por conta da imprudência dos nossos motoristas. Citaria, em especial, os motoristas de carretas e caminhões que transitam pelas nossas rodovias.

Não conseguiremos comemorar uma grandiosa diminuição do número de mortes, para não dizer zerarmos esse número, em feriados prolongados, como é o caso do Carnaval e do final de ano, enquanto não conscientizarmos os motoristas da necessidade de dirigir de maneira mais prudente, Deputado Carlin Moura. Já disse aqui algumas vezes e volto a dizer: é preciso uma parceria do governo federal com os governos estaduais e até mesmo com as prefeituras para que campanhas educativas sejam veiculadas na TV, nas rádios, nos jornais impressos e na internet durante todo o ano, a fim de convencermos o cidadão e motorista a dirigir de maneira mais prudente. Não há como diminuirmos o número de acidentes em nossas rodovias sem melhor conscientização do motorista.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputado Gustavo Valadares, felicito V. Exa. pelo discurso. É sempre lastimável, todo final de feriado prolongado, virmos à tribuna para mencionar a situação precária das nossas estradas. Faremos isso quantas vezes forem necessárias, porque a situação das estradas em Minas, especialmente o trecho da BR-381, exige - e é mais do que premente, é urgente, é necessário - intervenção do poder público de forma mais eficaz e emergencial. É preciso fazer a obra que esperamos há anos, fazer uma intervenção, seja direta, por meio do DNIT seja por meio de outros mecanismos, como, por exemplo, a concessão da rodovia. O trecho da BR-040, após Juiz de Fora, está em uma situação bastante confortável; o trecho sul da BR-381, em direção a São Paulo, também. A melhora precisa ocorrer mesmo que haja o pedágio, mas que seja uma taxa mais acessível, amena, para a estrada ficar em situação de trafegabilidade. Isso é fundamental. O que não pode ocorrer é continuarmos a perder vidas, como ocorre atualmente.

Ao mesmo tempo, ilustre Deputado Gustavo Valadares, estamos aqui discutindo, por meio da Comissão Especial, a situação da dívida pública de Minas Gerais. Explicamos que Minas, só de serviço da dívida, consome em média 4 bilhões de reais por ano com pagamento dos juros da dívida com a União. São juros de 7,5% mais o IGP-DI, que no ano passado girou com 17,7% do serviço da dívida, consumindo mais de 13% da receita corrente do Estado. Uma forma de amenizarmos os impactos dessa dívida seria permitir, por exemplo, que o Estado faça as intervenções na estrada e abata no pagamento da dívida. Não podemos mais conviver com essa situação das estradas de Minas Gerais, especialmente esse trecho da BR-381.

Faço aqui, mais uma vez, coro com esse pleito de Minas. É preciso que os mineiros falem mais alto para serem ouvidos nesse cenário dos Estados brasileiros.

O Deputado Gustavo Valadares* - Gostaria de parabenizar o Deputado Carlin Moura e de agradecê-lo pelo aparte, que engrandece este pronunciamento.

Veja a que ponto chegamos, Deputado João Leite: um membro do PCdoB defendendo concessão de rodovias. Isso é sinal de que o Brasil mudou, e para melhor.

Parabenizo o Deputado Carlin Moura por ter encampado também essa ideia, por defender a concessão das rodovias.

O caso da BR-381 ainda é mais complicado, Deputado Carlin Moura, porque - até discutimos isso em audiência pública - a situação da rodovia é tão ruim, é preciso fazer tanta intervenção, que o valor do pedágio seria muito caro e tornaria inviável o trânsito nessa rodovia. É preciso que o governo federal atue e faça a duplicação dessa rodovia, como todos queremos, e depois discuta a questão da concessão.



O Deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Gustavo Valadares, parabéns pelo seu pronunciamento. Pergunto a V. Exa. e a todos os mineiros: o que gritaria mais, o político falando ou o sangue dos mineiros que tem sido derramado nas estradas? Na BR-381, pista simples que vai até Ipatinga e Governador Valadares, ocorrem permanentemente batidas frontais com mortes instantâneas. Que grito querem aqueles que governam o Brasil hoje? Mais sangue? E não são apenas dos mineiros, mas dos brasileiros que passam por essas estradas federais em Minas Gerais.

Ao viajar nesse feriado de carnaval, Deputado Gustavo Valadares, vi algo escrito na traseira de um caminhão: “Não tenho pressa. Tenho prazo.”. Isso reflete um pouco, creio, do sentimento dos caminhoneiros também. Temos conversado muito com líderes dos caminhoneiros, em especial com o Zé Carneiro. Ele veio a esta Casa várias vezes trazendo a proposta do segmento, por exemplo, de uma rampa de escape na descida do Anel Rodoviário em direção ao Betânia, dessa que é usada em vários países. Ao viajarmos pela Europa vemos muitas, que são feitas, normalmente, com areia e brita, nessas longas descidas. Também podem ser feitas com argila expandida, como há na descida da Via Anchieta. Quando o Zé Carneiro fez essa proposta, o representante do DNIT disse que as pessoas roubariam a brita e a areia. Vejam o atraso que estamos vivendo.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. discutia há pouco a questão das árvores plantadas ao longo das nossas rodovias. Esta Casa revogou uma lei de mil novecentos e sessenta e poucos, de um Deputado Estadual, que obrigava o plantio de árvores ao longo das estradas estaduais. Ora, a ideia hoje são as áreas de escape. Se o motorista perder o controle do veículo, há como escapar.

O Deputado Gustavo Valadares* - E com segurança.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Com segurança. Como há muitas árvores ao longo das rodovias, a 60km/h, a pessoa morre ao colidir contra uma árvore dessas. Assim, é fundamental a duplicação das nossas estradas. V. Exa. disse bem. Hoje saiu uma notícia de que o governo federal tem interesse de licitar as estradas por 10 anos. Qual será o valor do pedágio da BR-381 para ser toda construída, toda duplicada? O povo mineiro pagará duas vezes. Já paga os impostos e, agora, deverá pagar pedágio nessas estradas. Para terminar, gostaria de fazer uma homenagem ao seu pai, Deputado Ziza Valadares, que foi quem me convidou para entrar na política. Ele presidiu a CBTU. Estamos falando de obras, e ele foi o grande benfeitor do metrô de Belo Horizonte. Se eu estiver errado, V. Exa. pode me corrigir, mas, pelo menos, ele inaugurou, fez as últimas sete estações do metrô de Belo Horizonte, culminando com a Estação de Vilarinho, além de ter feito todo o percurso do Calafate ao Barreiro, deixando tudo pronto para serem colocadas as linhas, que estão hoje totalmente abandonadas. Faço então uma homenagem ao nosso ex-Deputado Ziza Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço ao Deputado João Leite o aparte, a homenagem ao meu pai. Vão-se já 10 anos, Deputado João Leite, desde a inauguração da última estação. Foi quase uma dezena de estações inauguradas na gestão de meu pai à frente da CBTU, no mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Desde então, janeiro de 2003, nem um metro sequer de metrô foi construído em Belo Horizonte ou na região metropolitana. Vêm agora com aquela que sempre foi a nossa proposta, a PPP, parceria entre os Estados, Municípios e iniciativa privada, para ver se tiramos esse projeto do papel. Se depender do governo federal, em se tratando de Minas e de Belo Horizonte, é melhor sentarmos e esperarmos, pois nada acontecerá.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Deputado Gustavo Valadares, quero dizer que não conheci seu pai, não compartilhei de nenhum mandato dele.

O Deputado Gustavo Valadares* - Ainda há oportunidade de conhecê-lo, pois está vivo ainda.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Ainda bem que as homenagens que o Deputado João Leite fez são em vida. Não tive a oportunidade, mas tenho a honra de participar deste Plenário e conhecê-lo, Deputado Gustavo Valadares. Vejo que V. Exa. é uma pessoa muito dedicada e com um amor muito grande pelo nosso povo. Vendo o filho, o pai recebendo essas homenagens, posso dizer que V. Exa. saiu tal qual o pai. Meus cumprimentos por seu trabalho, por seu empenho. Aproveito para comentar a sua ponderação a respeito das condições das nossas estradas, que julgo muito importante, e das consequências que elas trazem para um Estado como Minas Gerais, com o sofrimento do nosso povo.

Tanto o meu partido, o PSB, como o PCdoB, partido do Deputado Carlin Moura, que também aparteu V. Exa., fazem parte da base do governo federal, da Presidente Dilma, em quem acredito e votei e a quem o povo mineiro confiou o seu voto. Portanto, acredito que, também por nosso empenho - água mole em pedra dura tanto bate até que fura -, vamos superar as dificuldades. A bancada mineira, independentemente da cor partidária, vai defender o povo mineiro. Mas é muito triste constatar que quem realmente pode resolver o problema não tem conhecimento do sangue derramado do povo mineiro.

Em função da nossa dívida, Minas está pagando quase R\$4.000.000.000,00 por ano, mas essa quantia poderia ser mais bem utilizada, segundo o pacto que estamos defendendo e que, como sabemos, defendem o Presidente Dinis Pinheiro, a comissão especial criada para discutir a dívida dos Estados e Presidentes de Assembleias de quase todos os Estados brasileiros, que recebemos nesta Casa. Todos defendemos, em reunião realizada aqui, que o recurso da dívida seja investido em nossas estradas, onde nosso povo tem morrido, na saúde etc. É bom ressaltar que, a despeito da propaganda da Prefeita Marília Campos de que em Contagem todas as UBSs e os hospitais funcionam, ninguém está morrendo nas filas e o povo está muito feliz, a verdade é que, não bastasse o lixo, a saúde está um caos. Assim, esse recurso poderia ser utilizado para ajudar os Municípios, de cujas dificuldades na área de saúde todos sabemos. Aliás, não é só em Contagem, em Belo Horizonte ou em Uberlândia que temos problemas na área de saúde; todo o Brasil está mergulhado no caos, sem atendimento médico e sem locais onde as mães possam colocar seus filhos dependentes químicos - aliás, o “crack” tomou conta das nossas famílias.

Mas, por essa pactuação, rediscutindo-se a forma de pagamento, essa quantia tão alta que os Estados pagam ao ano poderia ser investida em obras, em desenvolvimento, em saúde pública etc., de modo a pararmos de ver o nosso povo morrendo, seja por omissão, seja em função das propagandas enganosas, como a feita em Contagem, que ignoram as pessoas que vemos morrendo nas filas, com enorme sofrimento, e as UBSs com falta de médicos. Também na minha cidade há falta de médicos e vários outros problemas, mas o Município inaugurou recentemente um hospital; agora, temos de discutir uma forma de atendimento para toda a região. Certamente, o uso dessa quantia facilitaria muito a situação para Araguari, Uberaba, Monte Alegre e toda aquela região. Seria muito bom se



podéssemos investir os recursos usados para pagar a dívida do Estado na área de saúde, nas nossas estradas, em locais para as mães colocarem os filhos etc.

Então, Deputado Gustavo, além de cumprimentá-lo, quero dizer-lhe que não estamos perdendo tempo. Já foram apresentadas ações na Justiça, há várias comissões discutindo o assunto - no Senado, na Câmara dos Deputados e mesmo nesta Casa -, e estamos incentivando todos os Estados a fazerem o mesmo. Que essa dívida altíssima e absurda que pagamos, alimentada com juros abusivos, que ferem toda a legislação existente, seja revertida para investimentos necessários. Como a União concedeu benesses a outros países, perdoando-lhes a dívida, que faça o mesmo em relação aos Estados, não perdoando-lhes a dívida, mas permitindo que, em contrapartida, façam investimentos em áreas como o saneamento básico. Há tantos Municípios ainda sem rede de esgoto, como Confins, aqui perto, onde é tudo em fossa negra. A situação é a mesma em Contagem, onde, pasmem, a Prefeita fez uma concessão de 100 anos para a Copasa – ou seja, é “ad aeternum” a exploração do serviço, mas no que é bom, que é cobrar do povo, porque a rede de esgoto, mesmo, não é feita. Então, esse dinheiro da dívida poderia ser investido nas nossas estradas, na nossa saúde etc.

Cumprimento o Deputado por seu depoimento, dando-lhe a certeza de que a Deputada Liza Prado e o Deputado Weliton Prado, nosso Deputado Federal, travamos, nas trincheiras, uma luta árdua, mas de que sairemos vitoriosos. O povo mineiro certamente será reconhecido por seu valor e contribuição em todas as esferas - econômica, social e política, com o peso que temos nas eleições. Repito que, apesar de todas as dificuldades e da demora para a solução desse problema, continuo acreditando na Presidenta, uma mineira e a primeira mulher na Presidência. Tenho certeza de que ela vai perceber o sentimento de Minas, e em breve vamos conseguir solucionar essa questão. Faço parte do grupo dos otimistas - portanto, desistir jamais. Obrigada e parabéns por seu pronunciamento.

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço a V. Exa., Deputada. Sr. Presidente, na próxima oportunidade, ocuparei a tribuna para falar sobre os cortes da saúde, da incoerência do governo federal, que regulamenta a Emenda nº 29, obrigando Estados e Municípios a gastarem mais com a área da saúde. No entanto, com uma tesoura gigante, corta quase R\$6.000.000.000,00 do orçamento da saúde para este ano. Então esse tema ficará para uma próxima oportunidade. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 27/2/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 28/2/12, que exonerou Laura Luci Prates Leite do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 28/2/2012, que nomeou Eduardo Delfino Dornas dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Marítima Seguros S.A. Objeto: contratação de seguro para imóvel de propriedade da ALMG e conteúdos, incluindo danos elétricos para as instalações e equipamentos. Objeto deste aditamento: 1ª prorrogação contratual, pelo período de 12 meses, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses contados a partir de 0 hora de 2/3/2012 até as 24 horas de 1º/3/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009-3.3.90(10.1).